

FORUM DE CIENCIA E CULTURA

U F R J

CURSO DE
INTRODUCAO AO ESTUDO
DE PROBLEMAS
BRASILEIROS

1973

HUMBERTO ROCHA

162

40

PROPOSIÇÕES PARA OS BRASILEIROS
DO SÉCULO VINTE E UM.

(Um esboço de estratégia psico - social) .

Trabalho apresentado ao

FORUM DE CIENCIA E CULTURA

DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Por ocasião de

3º CURSO DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE

PROBLEMAS BRASILEIROS.

1973

HUMBERTO ROCHA

Do INSTITUTO DE BIOFÍSICA DA U.F.R.J.

162

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o sumário de algumas ideias que o autor tem desenvolvido sobre temas que o preocupam e interessam profundamente, mas sobre os quais não possui muitos detalhes de conhecimento especializado. Entretanto, não acredita o autor na impenetrabilidade deste terreno a um leigo bem intencionado e está convencido da legitimidade das observações e conclusões aqui expostas, uma vez que estas são baseadas na meditação sobre fatos que não escapam à lógica comum; apenas são tratados usualmente com certo preciosismo técnico pelos especialistas. Por este mesmo motivo, desde que a maioria dos leitores adota o critério da "comparação-com-o-mais-frequente" como norma para o julgamento do que lê, tememos que estas notas se ressintam, na aparência (mas apenas nela) de um pouco de ingenuidade que a ausência de detalhes numéricos, gráficos e outros artifícios de apresentação pode sugerir.

* * *

O problema da adequação da comunidade brasileira para o século próximo, para o futuro imediato, é aqui apresentado sucintamente do ponto de vista do fato psicológico e social, mais que do econômico e social. Alguns aspectos dos fatos psico-sociais são abordados esquematicamente e algumas proposições referentes aos problemas engendrados por aqueles fatos são apresentadas. Dentro da linha proposta, acreditamos que este apanhado de ideias possa endossar algumas opiniões sobre a pertinência de uma "estratégia psico-social" para o Brasil, tal como tem sido apresentada em outras ocasiões por autores de outra formação ou tendência (vide por exemplo, "Geopolítica do Brasil" do general Golbery do Couto e Silva). No entanto, aceitando a premissa óbvia de que a estruturação psico-social é fundamental na conceituação normativa de nossa segurança e de nosso poder, não aceitamos por outro lado, a filosofia subjacente ao trabalho daqueles autores, pelo menos quanto ao exclusivismo geopolítico da citada estratégia. A defesa, ainda que sucinta, deste nosso ponto de vista é aqui apresentada e paralelamente propomos:

- 1º - Uma expansão do conceito de estratégia psico-social.
- 2º - A aceitação do primado dos fatores psico-sociais sobre a maioria dos outros fatores determinantes da sociedade do futuro. O fato psicológico como origem (mais que consequência) da maioria dos eventos psico-sociais.
- 3º - A necessidade de intervenção efetiva nesta origem, como núcleo da estratégia psico-social expandida e posta em ação.

É fácil entender que os tópicos acima citados suscitam consequências em uma gama bastante variada de assuntos, todos eles muito importantes dentro da problemática nacional e mesmo fora dela. No entanto este trabalho pretende ser modesto tanto em escopo como em volume. Por isto alguns argumentos aqui apresentados não são tratados com a necessária densidade e são mais sugeridos que analisados a fundo. Nossa intenção porém é induzir no leitor, novo interesse pelos assuntos em pauta, mesmo que discordando das opiniões do autor.

1 - UMA EXPANSÃO DO CONCEITO DE ESTRATEGIA PSICO-SOCIAL.

Os conceitos de estratégia psico-social, ou as ideias afins que com esta ou outra qualquer denominação têm sido apresentadas, são invariavelmente limitadas a uma espécie de apologia da educação das classes dirigentes ou dos líderes em exercício ou em potencial. No entanto, nossa proposição neste caso é o da expansão deste conceito e até mesmo de sua universalização, tal como passamos a expor:

Em primeiro lugar, não nos parece razoável atribuir a aquela estratégia, uma conotação simplistamente pré-bélica e defensiva como surpreendentemente desejam alguns geopolíticos nacionais e estrangeiros. Estes autores tentam reduzir todas as atitudes da comunidade a duas categorias simples: as que atentam contra a Soberania Nacional e as que ao contrário a reforçam, defendendo-a. Isto contradiz uma afirmativa doutrinária daqueles mesmos autores, doutrina esta que expande a noção de Poder Nacional e preconiza que este Poder não deve estar adstrito às tarefas de Defesa nem apenas à erecção da Segurança em si e por si só. É óbvio que esta última tem importância vital e seria ocioso discutir este fato. Que a Segurança, no seu sentido lato, é a essência mesma da existência da Nação e que as duas acepções são quase sinônimas, não se discute. Também não incorremos no erro primário de confundir Segurança Nacional com Defesa Nacional. Mas é justamente para lembrar esta distinção e aquela identidade, que nos alongamos nesta ênfase sobre o óbvio pois a leitura recente de textos geopolíticos abalisados nos tem surpreendido com a confusão conceitual acima abordada, se não nas intenções, pelo menos nas aparências.

Levando em conta que a organização dos seres humanos como animais gregários deve, antes de mais nada, prover os meios para fazê-los felizes como indivíduos e como membros de grupos, aquela estratégia deve fornecer ou indicar estes meios, além dos óbvios deveres de defesa e de manutenção do poder destes grupos e daqueles indivíduos.

Apresentemos portanto, uma definição primeira de estratégia psico-social como: o conjunto de medidas tomadas pela comunidade no sentido de estabelecer uma série de atitudes psicológicas coletivas que resultem em uma série paralela de atitudes comunitárias (nacionais no sentido mais geral) em face de determinados problemas.

Por outro lado, esta proposta estratégia, já no seu conceito amplo, não deve também se cingir a uma sugestão de remanejamento da educação dos dirigentes, e as ideias seguintes suportam esta tese:

É para nós ponto pacífico que, ao longo da história, as grandes decisões sociais e políticas foram obra de uns poucos líderes e raramente decorreram da decisão conjugada de grandes massas populares por mais homogêneas que fossem. Estas, quando intervieram, o fizeram quase de modo passivo ou secundariamente, como mão de obra, como ocupantes de território. Mesmo quando guerreiros, suas ações quase sempre se originavam das decisões e ordens de chefes restritos em número. As verdadeiras modificações, foram o resultado de atos imaginados e planejados por aqueles poucos que detinham o poder ou o arrebatavam pela astúcia ou pela força (e mais raramente por uma verdadeira escolha popular). Mas por outro lado, sabemos também que estes condutores tinham suas decisões de modo geral, condicionadas pelo próprio ambiente psico-social de onde se originavam e pelas reações que algumas camadas influentes da população impunham (notadamente o clero e os níveis mais altos dos exércitos) e isto ocorria mesmo nos regimens mais autocráticos. Este panorama geral mudou muito pouco em suas linhas básicas no decorrer dos séculos, pois a evolução psicológica dos seres humanos nos últimos 5000 anos praticamente se manteve estacionária em seus aspectos aparentes pelo menos; os atos insanos de um Calígula nos tempos antigos e de um Hitler e alguns outros modernos, ajudam a provar esta assertiva. Uma atitude popular nacional reage sobre as mentes dirigentes da comunidade e facilita sua ação, enquanto que paralelamente, uma atitude mental, expressa, dos dirigentes cristaliza toda uma filosofia de conduta popular ou nacional. É um trabalho sinérgico que lembra de certa forma, as interrelações glandulares, hormonais, em biologia. A diferença maior talvez fosse o maior grau de liberdade que o governo possui em face das solicitações da massa que dirige, se comparado à hipófise ou à região hipotalâmica, consideradas neste exemplo como "dirigentes".

Com base nestes raciocínios, propomos :

O conceito de estratégia psico-social deve abranger o planejamento das atitudes das classes dirigentes mas deve fundamentalmente se expandir para a cobertura do planejamento da atitude geral nacional em face do futuro próximo, em termos de povo, de massa populacional. Esta expansão é aliás justificada pela lembrança das ideias gerais de democracia e de governo representativo, se bem que, como veremos mais adiante, uma das etapas básicas daquela estratégia é uma reformulação de alguns postulados sobre democracia e representação.

Falamos acima que a estratégia em questão não deve ser tomada como um mero remanejamento da educação dos dirigentes e estas palavras merecem uma justificativa maior :

A conscientização dos fatos sociais por parte da classe dirigente é

um dever de ofício. Não deve ser pedida, deve ser exigida e a preparação, o treinamento, para a aquisição deste atributo deveria ser condição " sine qua non" para o ingresso naquela classe. Esta preparação no entanto, não deveria ficar limitada a um ocasional adestramento para uma função executiva ou legislativa. Deveria mesmo transcender a isto e se constituir em uma espécie de filosofia ética instilada na mente e na conduta daqueles dirigentes ou candidatos a dirigentes. Enfatizamos que o aspecto ético desta formação deveria ser sobrelevado. Uma escola de formação e de doutrinação de futuros dirigentes? Isto mesmo, ainda que lembre Platão e sua República e com isto suscite a incredulidade de alguns ...

Justifiquemo-nos, porém: O Brasil talvez seja um dos poucos países de economia não dirigida e de planejamento não socialista, que possui Organismos Oficiais com atribuição didática nesta área, com a tradição e a intensidade de trabalho que apresentam tais Organismos. A Fundação Getúlio Vargas e seus Departamentos como a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) ou o Instituto de Direito Público e Ciência Política é um bom exemplo de instituição desta natureza assim como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e alguns outros organismos que são em princípio, além de normativos e consultivos, formadores de pessoal apto para a administração e o planejamento em nível nacional. Há, ao lado destas instituições civis, organizações militares que facultam a seus componentes, uma formação político-filosófica que em última análise configura uma tomada de posição psico-social no seu sentido mais lato.

Focalizemos nossa atenção para estas Instituições Militares:

É bastante sabido que depois de 1964, tendo ficado comprovada uma certa volubilidade no poder civil e tendo ficado claro que a este faltava de modo geral, uma firme doutrina psico-social (demagogias a parte) observou-se que lentamente, através de erros e acertos, aquelas organizações militares de formação de pessoal, foram levando para a área político-administrativa, não só alguns de seus antigos alunos como também muito de sua estratégia social.

Não discutiremos os méritos e os deméritos desta estratégia em si. Diremos apenas que este exemplo da história nacional de hoje, fortalece a ideia da institucionalização de uma Escola Oficial para a Política e a Administração; esta seria o núcleo de hibridização entre aquelas organizações militares e as já citadas organizações civis. O escopo básico desta Escola seria a formação de dirigentes não apenas treinados tecnicamente, como também permeados daquela filosofia ética acima lembrada.

Antidemocrático? Não, pois é claro que o acesso à esta Escola se

faria por eleições segundo o modelo corrente e seus postulantes à inscrição proviriam de todas as camadas da população, respeitadas as características intelectuais e psicológicas que obviamente fossem necessárias.

Inviável ? Também não, pois as sementes da proposição acima já existem, estando apenas esperando que um ato de coragem política as faça germinar.

Como se adaptaria tal Organização no esquema atual de Governo e de divisão de poderes em um regimen democrático ? Um breve comentario é apresentado no final destas notas.

Quanto à rentabilidade da ideia lembremos que é cada vez mais difícil em uma época de especialização como a atual, entregar ao imprevisto do autodidatismo o mecanismo dirigente de tamanha complexidade como é o de um Estado moderno.

Finalmente parodiando a frase de Clemenceau sobre os generais e a guerra : "A política social é um assunto importante demais para que se possa entrega-lo totalmente aos políticos".

2 - O PRIMADO DOS FATOS PSICOLÓGICOS NO BINOMIO PSICO-SOCIAL.

Quanto a este item, nossa tese inicial é que os problemas brasileiros são muito mais de tomada de posição e de escolha de decisões (e coragem para efetiva-las) que de obstáculos materiais e técnicos em si. Sendo isto verdade, a preparação psicológica e ética das pessoas que decidem, tornando-as independentes das pressões da "moda", da inercia tradicional ou da propaganda dos interessados na perpetuação dos problemas, é tão importante quanto a própria existencia dos problemas. É mesmo condição essencial para resolve-los. Neste sentido, poderíamos talvez dizer sem a intenção de um jogo de palavras, que não há problemas brasileiros, há brasileiros problemáticos.

Os racionalistas absolutos acharão por certo pueril a ênfase dada a entidades que não possuem a densidade material do Produto Nacional Bruto, a Renda per Capita, a Tonelagem de Aço por Habitante, o Estoque de Coque, a Sêca no Vale do Jaguaribe, etc.

A estes perguntariamos qual a grande modificação social que a Humanidade viveu que não tenha decorrido de um enérgico impulso ainda que momentaneo da ideação transformada em ato pela vontade de um ou de uns poucos seres humanos especialmente condicionados para isto? Não perguntamos aqui das transformações sociais motivadas por catástrofes naturais, nem aquelas transformações menores que quase se confundem com a propria evolução biológica da especie, mercê de sua lentidão. Nossa pergunta se interessa pelas modificações que significaram solução social ou transmutação de valores para o ser humano; e para os que desdenham o valor transformador, catalítico da ideia da palavra e da atitude espiritual sobre o ato social, lembremos que a tremenda transformação histórica que adveio do Cristianismo, não teve no fundo, outra origem senão aquela.

Podemos justificar contudo a importancia destes fatores pela apresentação de inúmeros exemplos locais; vamos porem fazer aqui referencia a alguns apenas, já que o substrato e a mecânica geral para os muitos outros, são semelhantes. For este mesmo motivo devemos considerar nestes exemplos que as aparências de excessiva especificidade são meramente circunstanciais, e o importante não é isso e sim o substrato psicológico que independe em parte, das circunstâncias e do tempo.

1º exemplo : A fabricação do avião "Bandeirante".

A decisão que criou a EMBRATUR e provocou a construção do avião bra -

sileiro que substituiria o famoso e heroico DC-3, foi em si, o resultado de um ato isolado de escolha corajosa. A citada EMBRAER, empresa privada subvencionada pelo governo sabia da pressão exercida pelas grandes empresas de construção aeronáutica americanas e europeias, no sentido de manter viva a noção de nossa suposta incapacidade tecnológica naquela área. Desta maneira inúmeros modelos de aeronaves para nós foram enviados, numa tentativa de, pela aceitação destes modelos, implantar aqui fabricas pseudo-brasileiras que utilizando mão de obra barata (o operario brasileiro) e "encapsulando" o "know-how" (técnicos-dirigentes e projetos alienígenas) venderiam ao Brasil e ao mundo um produto talvez interessante para as condições europeias ou americanas, mas não muito para nós. Recebemos então aqui, um modelo suíço-frances com autonomia de vôo que permitiria cobrir quando muito, o comprimento do Estado do Rio de Janeiro e um outro americano, que testado em nossos rudes campos do interior, foi enviado de volta algumas semanas depois, de navio, pois o seu trem de pouso tinha se destruído durante as demonstrações.

2º exemplo : A criação da Petrobrás.

A decisão de criar o monopólio estatal de petróleo neste país, é duplamente significativo : como opção pelo modelo estatal e pelo caráter de libertário que por si só assume. Cresce de significado quando lembramos que Getúlio Vargas não a implantou durante a ditadura mas sim durante o período em que governou com Câmara de Deputados e Senado funcionando (Lei nº 2004 de 3 de outubro de 1953). Este aspecto demonstra o valor do que se poderia chamar de "princípio de massa crítica de opiniões" em face de uma atitude a tomar, como veremos adiante.

3º exemplo : A criação de Brasília.

Malgrado a opinião pessoal do autor destas notas sobre os métodos empregados na construção de Brasília e a indagação que faz sobre a verdadeira rentabilidade político-social da obra, devemos admitir que: a resolução de construir a nova capital é um bom exemplo de opção quase pessoal a princípio e contrária à inércia vigente e que conseguiu polarizar energias e interesses anteriormente antagônicos entre si e em relação ao empreendimento ele próprio.

Destes 3 exemplos se infere que :

1º - Um sentimento de inferioridade tecnológica só pode ser batido em seu próprio campo, pela formação de uma mentalidade tecnicamente desafiadora e algo cética quanto aos obstáculos. Quanto a isto, acreditamos que é muito pertinente (e urgente) uma política nacional de conquista de conhecimento técnico através de : a longo prazo, o óbvio incremento da edu-

cação técnico-científica em seus diversos graus. A mais curto prazo, a criação de projetos de pesquisa tecnológica subvencionados pelo BNDE ou criação equivalente, mesmo que alguns destes projetos parecessem não render dividendos imediatamente. Nestes projetos, a tônica seria mais no sentido da emulação e da criação de um estado que ousadamente batizamos de "euforia técnico-científica", mais que na colheita de resultados imediatos importantes. Estes últimos viriam logo depois, como frutos de um estado coletivo de estímulo ao trabalho criador, um estímulo específico. Isto justificaria uma eventual perda financeira nos projetos que de imediato ou na aparência nada rendessem.

Ainda neste setor convem enfatizar que cada vez mais as nações ricas em conhecimento técnico específico ("know-how") o farão mais caro para as que não o possuem e no final do século, provavelmente, este conhecimento originário daquelas fontes nos será mesmo sonogado já que a progressiva, ainda que penosa, liberação da dependência em algumas outras áreas fará com que aquele conhecimento seja um dos poucos produtos em baixa nas nações em crescimento. É fácil portanto imaginar o que ocorrerá com o seu preço no mercado internacional.

2º - É necessária a criação de "massa crítica" para a realização de medidas de grande envergadura e isto deve ser compreendido como uma necessidade de, no Brasil nos próximos decênios, evoluirmos para uma filosofia de governo cada vez mais "colegiado" nos níveis mais altos do legislativo e do executivo. Cada vez se torna mais necessária a adoção de medidas semelhantes em espírito e consequências, à criação da Petrobrás por exemplo. Neste caso específico, um líder carismático, apesar de crer na necessidade desta criação, não ousou levá-la a efeito; arcaria sozinho com a responsabilidade de um eventual fracasso; o mesmo líder, anos mais tarde, associado a um partido majoritário em uma Assembleia Federal, a despeito do aumento relativo de oposição interna (praticamente inexistente 5 anos antes) promulgou o ato antes sujeito a temporização. Isto aliás corrobora a teoria da "difusão da responsabilidade" tantas vezes provada e retomada por Latane e Darley (vide por exemplo, Aroldo Rodrigues na bibliografia ao fim deste trabalho). Esta teoria pode se constituir num suporte razoável para este trecho de nossas argumentações.

3º - As decisões de grande apêlo emocional, como por exemplo a interiorização da capital, apresentam dois aspectos quanto ao nosso arrazoado: Em primeiro lugar, estas decisões têm sido encaradas historicamente, como grandes atos de ousadia, de coragem política. Correndo o risco de parecermos incoerentes, diremos todavia que é quase sempre por esta única motivação que estes atos são efetivados (a apreciação histórica). Isto pode redundar em benefício político-social, sem dúvida, mas em harmonia

com a filosofia aqui apresentada, seria melhor que estas decisões "corajosas e avançadas" fossem obra de um somatório de coragens colegiadas e não o esforço de um só líder. O louvável esforço deste tipo que algum dirigente empreende para efetivar medidas de vanguarda, pode degenerar em seus resultados, pela aceitação do carisma deste líder. Isto, para um país como o nosso, que ao longo da sua História tem sido tão hesitante no exercício da democracia verdadeira, é psicologicamente perigoso. Ademais, os grandes problemas que o século próximo trará, só serão resolvidos com decisões e soluções mais ou menos drásticas, quase todas de carga emocional muito forte; assim aumentarão as oportunidades para o exercício do messianismo e este se fará bem mais desastroso porque virá encoberto na capa da tecnocracia.

Em segundo lugar, lembremos de outro lado, que a atitude de tomada de decisões não deve ficar tolhida pela burocracia (ou burocratismo). Ao mesmo tempo conviria propiciar às mentes mais inquiridoras a oportunidade de expressar os seus mais arrojados projetos; quanto à efetivação destes projetos, é claro que se tornaria imprescindível o concurso dos elementos da Teoria das Decisões e do cabedal de dados específicos pertinentes a cada problema.

Mas em 1973 no fim do caminho para o ano 2000, que é exatamente um projeto ousado para o Brasil? Quais os critérios que nossos executivos e legisladores atuais possuem para discernir entre uma ideia viável apesar de exótica e um projeto delirante, sem sentido? E quantas ideias excelentes se têm perdido ou despresado apenas porque possuem uma aparência de insanidade e são recusadas apenas por esta aparência sem um exame mais detalhado e isento de preconceitos?

Se neste momento nos propusermos o estudo de um projeto visando retirar água da Bacia Amazônica ou da Bacia do Araguaia e leva-la para irrigação das zonas áridas do Nordeste, quantos leitores destas linhas endossarão a ideia?

No entanto, há um projeto americano-europeu de irrigação do deserto de Saara com grandes blocos de gelo provenientes de cortes em "icebergs" da Antártida que rebocados ao longo da corrente da Guiné, se derreteriam em parte, porém mesmo assim, chegariam imensos ao litoral do norte da África e lá seriam enviados a elevatórias e canais para o deserto.

A provável diferença de atitude dos leitores em face dos dois inusitados projetos (ambos talvez viáveis) por si só reforçaria a tese da necessidade de criarmos uma atitude geral de fé em nossas tentativas e não ficar apenas admirando estas qualidades em outros povos.

O brasileiro de 1973 deve começar a preparar seus filhos e netos pa-

ra o desafio do século próximo no qual a velocidade de surgimento de problemas sérios (advindos principalmente da inadequação entre o crescimento técnico-econômico e a evolução ético-filosófica) porá em cheque nossa capacidade de inovar para resolver ou a coragem de destruir estruturas (novas ou velhas) que sejam nocivas.

* * *

Baseados nos exemplos descritos e principalmente na assertiva contida no parágrafo anterior, erigimos nosso conceito do primado dos fatores psicológicos sobre o social. A inadequação apontada naquele parágrafo é evidente já agora. É fácil notar que os problemas atuais se agravam pelo lado psicológico especialmente nos grandes aglomerados urbanos e onde a máquina domina o homem como já o faz aqui.

No Brasil de 1980, segundo os peritos do BNH, a população urbana será de 80 a 90 milhões de pessoas, perfazendo cerca de 70% da população total e no ano 2000 será de 150 milhões de pessoas. Isto significa que a tensão dominante na grande cidade tende a se aplicar sobre um número maior de cabeças na ordem destes algarismos. Isto tem como corolário, um aumento brutal de indivíduos que procuram a fuga destas tensões através de caminhos patológicos ou criminosos. Tais fatos não são especulativos. São experimentais e já são de comprovação hoje, agora.

Estas tensões e as conseqüentes fugas, crescentes ambas, são um dos motivos de nossa ênfase no estudo e no cuidado dos fatores psicológicos no binômio psico-social. Estamos convencidos que tanto por parte dos dirigentes como por parte do povo, atitudes muito severas tem de ser tomadas e para isto devemos nos preparar já. Talvez a tarefa mais difícil seja a de convencer aos indivíduos da legitimidade e da urgência das medidas a ser tomadas; e se os próprios dirigentes não estiverem convencidos disto quem estará? Se por nosso turno, nós, responsáveis pela Educação neste país (e considerando todos os seus níveis e aspectos) não nos conscientizarmos dos fatos acima, quem o fará por nós?

3 - INTERVENÇÃO NAS ORIGENS PSICOLÓGICAS DOS FATOS SOCIAIS.

A parte final destas notas, focaliza a possibilidade e a necessidade da intervenção no substrato psicológico deste país em suas diversas camadas, com vistas ao futuro próximo.

Em primeiro lugar, quem interviria? Em segundo lugar, que exatamente significa "substrato psicológico"? Em terceiro lugar, como se interviria e para que se interviria? Em quarto lugar (mas em primeiro em uma escala axiológica) qual a limitação ética desta intervenção?

Quem interviria:

Como foi lembrado anteriormente, os grupos dirigentes do país hoje são compostos de uma camada militar dominante associada a alguns elementos civis em colaboração estreita. Grande parte do grupo militar (talvez sua maioria) é endossante de um tipo de pensamento político moldado em organizações como a Escola Superior de Guerra e outras congêneres. Estas organizações formadoras, como estavam historicamente desvinculadas de interesses ou facciosismos partidários conjunturais, puderam construir um conjunto de modelos de estratégia social mais ou menos livres dos vícios inerentes aquele facciosismo. Um pouco desta estratégia, porém, por força de ofício, se ressentem de um certo exclusivismo geopolítico ao qual já nos referimos. Não obstante, os elementos destes modelos podem ser transferidos ou extrapolados para outros setores da vida nacional; sem sofismas, podemos considerar até alguns destes setores como a outra face da argumentação geopolítica, o que parece ser compreendido também por numerosos membros da camada militar dirigente.

Por outro lado, os membros civis do atual governo, são em grande parte alunos da mesma escola e fiéis do mesmo credo (salvo ligeiras discrepâncias) e por isto mesmo foram solicitados ao trabalho conjunto. Muitos são egressos de organizações normativo-didáticas onde as linhas gerais da administração e de governo são ensinadas, como já comentamos anteriormente. Alguns outros passaram por estabelecimentos de formação doutrinadora, na área militar como a já citada ESG.

Avancemos um pouco mais e proponhamos para os próximos anos o surgimento do estadista vasado nos termos já aqui apresentados de hibridização civil-militar. Uma evolução no conceito de militar, uma evolução no conceito de dirigente civil: o militar como o estadista treinado para a administração da paz e para o eventual trato da defesa nacional; o civil o

orientador da coisa pública especialmente treinado para isto e não retirado acidentalmente de outras funções. Desta agremiação "híbrida" se originaria o contingente de executivos de nível mais alto e a eles se associaria um corpo legislativo cujo modelo esquemático aparece no final do presente trabalho.

Eis aí, portanto, a resposta à indagação sobre quem interviria no substrato psicológico da nação, ou melhor ainda, quem orientaria a citada intervenção.

Este grupamento dirigente ou orientador, entretanto, deveria possuir um órgão diferenciado para através dele exercer estas funções, não seria único ou absoluto. Por um lado, teria sua política geral regulada pelo legislativo, num trabalho equilibrador necessário a contenção de possíveis excessos e interferências no foro íntimo dos cidadãos; por outro lado, seu órgão específico de ação deveria ser subordinado ao Ministério da Educação. Com isto, este Ministério teria atribuições mais amplas que as atuais de um ponto de vista filosófico e prático, e regeria em nível mais próximo do povo, de classe não executiva, os propósitos da estratégia que é objeto desta apresentação.

O substrato psicológico :

Os elementos que decidirão da vida do país e que ditarão as grandes linhas da Atitude Nacional do início do século 21 já nasceram. São agora meninos e meninas da escola elementar. Não partilhamos da opinião (muito apregoada atualmente) de que os jovens sempre são melhores eticamente, que os mais velhos e aos jovens nada se teria a ensinar no campo da conduta e da filosofia de vida. Não gastaremos tempo aqui para demonstrar nossa dúvida quanto a isto. Apenas daremos como garantido que os dirigentes dos anos de 2000 a 2050 serão pessoas já experientes, de mais de 30 anos e mais frequentemente, de mais de 40 anos.

Estes meninos e adolescentes de agora, são o núcleo central do substrato psicológico para o século próximo; mas crescendo, não perderão a qualidade de substrato, apenas se especializarão na tarefa de aprender. Aprender para a vida, segundo o conceito básico, clássico da educação no seu sentido mais geral e aprender para a conquista de seu lugar na sociedade dirigente, pois a meta é tornar dirigentes (pelo menos em potencial) todos os cidadãos válidos e normais. O princípio subjacente a isto é o do fortalecimento da democracia verdadeira, que significa entre outras coisas: o interesse pela causa pública e pela vida da comunidade; uma participação tão frequente quanto possível na legislação comunitária, especialmente municipal ou local; uma apreciação crítica do trabalho executivo, uma possibilidade de expressar esta crítica de modo razoável.

Isto tudo só pode ser feito pela conscientização dos fatos psicosociais e tal coisa só pode ser efetivada a contento e economicamente, pela consideração dos jovens como substrato, especialmente os pré-adolescentes e adolescentes.

Neste sentido muito temos que esperar do ensino médio, o ensino que engaja crianças e jovens que já passaram os primeiros graus do ensino elementar. Presentemente, tem o governo federal enfatizado muito as reformas no ensino elementar notadamente nos seus primeiros níveis e as reformas universitarias; isto é, o início e o remate final da educação formal. Não negamos a importância destas duas áreas educativas. Seria extremamente tolo de nossa parte. Apenas achamos que se tem, comparativamente, descurado aquela população de alunos que já tendo ultrapassado o domínio das noções das coisas, a leitura, a escrita, a contagem e a utilização imediata de tudo isto, ingressam em uma fase da vida em que a experiência comunitaria ganha nova feição e pode ser realmente entendida. De cerca de 12 anos até aos 17 mais ou menos, pouco se dá atualmente aos estudantes que não seja de caráter técnico ou artístico. Pouco se faz nesta fase crucial, quanto à preparação para a vida gregaria no seu sentido extra-familiar, mais amplo. Acreditamos que naquela faixa etária, deveríamos concentrar nossos esforços no sentido acima expandido do substrato psicológico, sem descurar dos outros grupamentos, como é claro.

Como intervir e para que intervir :

Até agora o leitor desavisado pode supor que estamos propondo algo inspirado nas obras de Orwell, Huxley ou Wells, onde uma tecnocracia autoritaria condiciona o pensamento mais íntimo de todos os cidadãos ! Mas não se trata disto. Apresentamos aqui um esboço bem intencionado quanto à única maneira que se nos apresenta decente e eficiente no sentido de estruturar um povo brasileiro mais apto para o futuro, que poderá ser rico mas duvidamos muito que será mais fácil.

Por motivo destas crenças e desta dúvida, é que propomos que no ensino agora chamado de "médio" se introduza o estudo de uma filosofia ética com vistas para os nossos problemas (mas sem perder seu caráter de universalidade). Por isto, também nos batemos pela inclusão nestes estudos dos conceitos sobre os valores familiares, considerada a família como a célula do organismo nacional, valores estes que por sua marginalização, tem engendrado outros tipos de marginais.

Quanto às técnicas específicas desta intervenção, a mera propaganda tal como é compreendida hoje não poderia ser cogitada. Os meios usuais de comunicação poderiam ser usados, mas com a devida prudência.

Uma das tarefas básicas do planejamento psico-social, neste sentido, seria a de expurgar os meios de comunicação. Hoje é patente o poder persuasivo dos meios modernos de comunicação notadamente a televisão. Amanhã em 1990, este poder seguramente se expandirá e a amostra de hoje já é bastante inquietante. Uma verdadeira propaganda de valores negativos tem sido impingida ao povo, jovens e velhos, e isto de modo subreptício, parecendo às vezes estar fazendo exatamente o contrario. Principalmente na area dos espetáculos falados e musicados, houve uma disseminação de uma atitude geral de contestação indiscriminada, pondo em dúvida tradições muitas vezes realmente duvidosas nas frequentemente investindo sobre certos valores éticos que não podem ou não devem ser contestados. Como exemplo, o aparecimento dos conjuntos ingleses de música "pop", que marcou o início da apologia da decadencia e do afrouxamento psicológico, atrás de uma aparência artística muitas vezes razoavel e sob a desculpa da defesa de uma atitude mais aberta nas manifestações culturais e sociais.

Aquele artístico trabalho dissolvente, coadjuvado pela ação quase hipnótica da televisão e dos outros agentes de comunicação, veiculou como válidas as taras, os vícios, os tóxicos que acompanham os ídolos da época, e dos espetáculos "pop", Jimmy Hendrix, Bob Dylan, Janis Joplin, etc.

Em um nível intelectual um pouco mais alto, a generalização e a justificação daquela decadencia e daquele afrouxamento foram também amplamente divulgados atravez de livros, conferencias, escritos varios, de alguns "intelectuais de vanguarda" filósofos alguns já envelhecidos mas que tinham razões pessoais poderosas para se fazerem "jovens" de um modo altamente rentavel para suas vaidades e para os seus bolsos. Isto aliás continua a ser feito de diversos modos, sofisticados ou não.

Revertamos porém a máquina, é o que sugerimos. Porque não usar o mesmo poder catalítico da arte, do espetáculo, da imagem, da palavra, do som, afim de agir honestamente sobre a mente altamente receptiva dos meninos e meninas, dos rapazes e moças, que logo mais dirigirão a comunidade?

É necessario induzir o povo a aceitar certas verdades que são uteis para o proprio povo e não para quem as ensina (ou melhor: não apenas para quem as ensina). Mais adiante exemplificaremos, mas por aqui, diremos que há certas atitudes que uma nação deve tomar que se não forem totalmente compreendidas e aceitas pelo povo, resultarão em progresso do poder ditatorial, que crescerá atravez da polarização contra a sabotagem consciente ou inconsciente que a massa tenderá a exercer contra aquelas atitudes. Isto será crítico nos próximos 20 ou 30 anos e é universal, valendo para todos os povos e regiões.

Os aspectos éticos da questão :

Como já foi dito, os problemas do mundo de hoje se aceleram no final do século e não darão tempo para hesitações dentro em breve. Qualquer entidade governante bem intencionada e lúcida, estará a braços com o dilema de induzir a comunidade "doente" a se tratar, se curar, ou deixar que ela morra ou se suicide utilizando-se a invocação de postulados supostamente democráticos, como desculpa ou como analgésico de consciência.

Isto se compreenderia melhor com exemplos concretos, tais como alguns que pretendemos analisar ao final destas notas. Por enquanto, façamos uma comparação entre o trabalho da classe dirigente e o de um professor de alunos ginásianos ou de escola elementar. Para ambos os grupos de atividades dirigentes se tem como uma das metas básicas um melhoramento ou uma aquisição para os dirigidos. No caso pedagógico, se permite e também se estimula ao dirigente (orientador ou professor) o uso da chamada "motivação" como propulsor ou desencadeador do seu trabalho docente. Todos aqueles que já estudaram formalmente a Didática, e a exerceram, já ouviram dezenas de vezes esta palavra chave : motivação, e nenhum didata duvida do valor ético de fazer aflorar, vir à tona, o interesse pessoal dos alunos para as tarefas específicas de aprendizado. Qualquer mestre sabe que a condição primeira de êxito na sua função é a habilidade honesta em fazer erer aos alunos que aquilo que eles estão estudando é interessante para eles desde que ele próprio, mestre, acredite nisto.

A semelhança com o caso do governo das gentes é muito grande e aquilo que chamamos de "intervenção nos fatores psicológicos" é no caso didático-pedagógico, o estabelecimento da motivação e tem o mesmo suporte ético. A propósito, lembremos que a palavra "docente" deriva de termo latino que na proto-história da língua deve ter servido para designar os que conduziam ou dirigiam ("ductor"). Esta semelhança sugerida etimologicamente entre as duas atividades, deve ocorrer também na prática.

Qual a motivação básica de um país (ou mais precisamente, qual a motivação que um povo deve perseguir e adquirir mais consistentemente?). A nós, parece ser a crença na necessidade da manutenção da felicidade, da segurança e da união de seus componentes, com o mínimo de injúria às liberdades individuais. Para sermos então fieis a este último requisito, ensinemos à comunidade o que julgamos certo, convencendo-a honestamente da legitimidade técnica e ética de nossos propósitos. Uma vez feito este trabalho de esclarecimento e de educação, é perfeitamente lícito cobra-lo. Nesta cobrança contudo, não se propõe a invasão do foro íntimo das criaturas, o que violentaria os próprios preceitos acima requeridos. Nada a-

-lias justifica esta invasão, apesar de ser justamente isto que faz hoje a propaganda comum, o proselitismo político e os arautos da sociedade de consumo no mundo não comunista, e a lavagem cerebral e o boicote às ideias independentes no mundo comunista.

Por que a ênfase dada anteriormente nas expressões concernentes à "sociedade doente" ou ao "suicídio da comunidade" etc. ? Porque estamos já convencidos de que a maioria dos problemas (nacionais e internacionais) do futuro próximo terão como causa o crescimento cego, a expansão descontrolada da espécie, a utilização grosseiramente egoísta dos bens da tecnologia, a escravização à máquina, a destruição da natureza. Isto tudo catalisado por um materialismo pseudo-científico muito difícil de dissolver. Pela simples enumeração dos "monstros" acima citados se justifica o uso das expressões em pauta, aparentemente apocalípticas, mas derivadas de uma avaliação tão desapaixionada quanto possível, feita durante os últimos 20 anos por pesquisador em ciência experimental e professor universitário interessado por esta problemática.

Vale ainda dizer, na defesa dos aspectos éticos de nossas modestas e incompletas proposições, que já agora, não se classificam os povos em "felizes" ou "infelizes", em "tranquilos" ou "intranquilos" ou em "seguros" ou "inseguros" mas sim em "desenvolvidos" ou "subdesenvolvidos" como se a felicidade, a tranquilidade e a segurança dos grupamentos humanos se inferiorizasse em valor, ao crescimento em si ou se a sinonímia entre aqueles parâmetros e o desenvolvimento fosse absoluta.

4 - ALGUNS EXEMPLOS DA NECESSIDADE DA INTERVENÇÃO NOS FATORES PSICO-SOCIAIS BRASILEIROS.

Vamos aqui, ainda de modo esquemático, apresentar alguns problemas que se sobrepõem nesta década e seguramente crescerão mais ainda nas demais. Estes problemas não são os únicos mas são típicos da época. Pretendemos apresentá-los como exemplos da necessidade de intervenção no processo de conscientizá-los e mais ainda, de solucioná-los.

* * *

1 - Crescimento populacional e distribuição demográfica.

Haverá em agosto de 1974, em Bucarest, uma Conferência Mundial de População convocada pela ONU e para tanto, o Conselho de Segurança Nacional já recebeu do Governo Federal, um estudo preliminar que será o núcleo da tese que o Brasil defenderá naquela Conferência. Já há alguns dias (maio de 1973) o sr. Mauro Sergio da Fonseca Costa Couto, representando o Brasil na Comissão Econômica do Conselho Econômico e Social da ONU declarava que o Brasil não aceitará nenhum plano internacional de controle de população, porque isto prejudicaria o seu desenvolvimento econômico. Entre outras coisas, nosso representante afirmou que ". . . a maior média de vida contribui para o desenvolvimento do país porque proporciona ao povo mais tempo para acumular capitais de investimento". . . (grifo nosso). . . "os países necessitados devem se concentrar no desenvolvimento mais do que no controle da população.". . O Brasil com mais de 100 milhões de habitantes tem de preencher seus grandes espaços geográficos e ao mesmo tempo, aumentar a concentração de população em certas regiões, para criar mercados para os produtos industriais e de consumo." (grifo nosso).

Analisemos. Quanto à impertinência de modelos internacionais de controle populacional, estamos inteira e veementemente de acordo e seria inútil explicar porque.

Quanto à má distribuição da população brasileira e à existência de vazios populacionais, alguns perigosos em termos de soberania, também estamos inteiramente de acordo.

No entanto não concordamos com alguns conceitos, grifados nas cita-

ções acima. Por exemplo :

Maior população implicando necessariamente em maior desenvolvimento econômico; a preocupação em auferir mais capitais de investimento através do aumento da vida útil dos "acumuladores" e não levando em conta que esta vida mais prolongada é em si uma meta e não uma ferramenta; a aglomeração nas regiões mais vazias para transformá-las em compradoras, o que pode ser considerado como a criação de um problema para facilitar a apresentação de uma "solução" mais tarde.

Parece para nós claro que o desejabilíssimo desenvolvimento econômico deve ser a consequência que uma vez atingida, passa a ser usufruída pelos seres humanos. Não parece saudável que se inverta este processo: não seria bom que a população crescesse para trabalhar em favor do desenvolvimento. Isto não tem sentido, mas é repetido com outras palavras pela maioria dos especialistas deste país e algumas vezes endossado oficialmente, com metáforas. Nem mesmo há nisto um sentido prático, pois como é fácil de ver, as necessidades da população crescem com o seu aumento, e o desenvolvimento em si, não tem acompanhado este ritmo. O círculo vicioso assim engendrado só se romperia se uma estabilização da população fosse acompanhada por uma re-distribuição desta em moldes mais racionais e principalmente por uma valorização (maior capacitação para a produtividade) desta população estabilizada. Seria o equivalente ao que denominamos em Bioquímica e Enzimologia de "aumento de atividade específica."

Os trechos por nós grifados na exposição do Sr. Mauro Couto, demonstram a preocupação de colocar a população a reboque do desenvolvimento, do crescimento de mercados e do acúmulo de capitais de investimento. Aqui o servido passa a servidor e vice-versa e o que deveria ser causa passa a efeito.

Por outro lado, analisando alguns argumentos apresentados na imprensa local sobre o estudo da política nacional de população acima citado (ver por exemplo, O GLOBO de 20 de maio de 1973, página 12) um pouco destes conceitos ainda existe, porém há também a apresentação de certas teses defensáveis cuja importância em favor de nossa opinião geral nos induz a transcrevê-las :

"... todas as decisões sobre políticas que devem ser seguidas são da responsabilidade de Estados soberanos e de acordo com suas condições especiais, interesses, religião, densidade demográfica, estágio de desenvolvimento econômico, social e cultural."... O exame rigoroso do anteprojeto da ONU revelou os numerosos conceitos e preconceitos em que

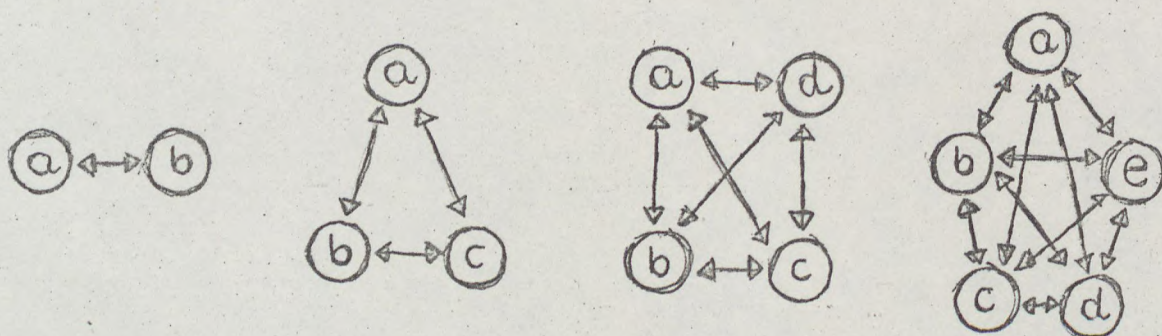
se baseiam muitos dos organizadores da Conferencia Mundial da População . De modo geral, revelou-se que muitos desses organizadores partem de pontos de vista típicos de países altamente industrializados, fortemente intransigentes em materia de mudanças de suas bases de relações comerciais com os países em desenvolvimento e grandemente influenciados por um ponto de vista ético-moral essencialmente calvinista e presbiteriano quanto à questão da riqueza e pobreza do homem". . Também são considerados argumentos de natureza ética, moral e religiosa. Os países nórdicos e anglo-saxões, fortemente protestantes, acham que só devem nascer crianças ricas e consideram imoral deixar nascer um pobre. Países predominantemente católicos, como o Brasil, rechaçam essa interpretação, invertendo a equação : seria imoral deixar nascer um rico, principalmente se ficar constatado que a pobreza de parte da humanidade é, em ampla medida, causada pelos países ricos"...

Endossando a maioria destas ideias, antagonizamos porem a defesa do crescimento em si, e alertamos para o fato de estar sendo esquecida ou relegada a plano secundario a redistribuição da população nacional e a real complicação que é o excesso de população nas novas megalópolis (Rio de Janeiro, São Paulo, Recife etc.)

Mesmo aceitando a necessidade de ocupar o nosso territorio em seus desertos populacionais, por motivo de Segurança Nacional, não abrimos mão da observação prática dos males que a concentração no litoral e nas grandes cidades ocasiona. É maçante repetir mais uma vez todas estas constatações do dia a dia.

Aqui, um problema: é lícito e viavel , induzir (ou compelir "in extremis") a transferencia de parte da população destes centros excessivamente povoados para regiões mais rerefeitas? Não é viavel nem lícita a compulsão já agora; no entanto é lícito induzir por todos os meios coerentes com as ideias apresentadas ao longo destas notas, o controle da natalidade na megalópolis, mesmo em países subdesenvolvidos como o nosso, ao mesmo tempo que é lícito estimular a ocupação do campo de modo mais humano, eficiente e racional. Ainda quanto a esta proposta limitação na megalópolis e à invocação de nosso subdesenvolvimento, lembremos que todas as megalópolis se parecem, não importando se estão localizadas em regiões ricas ou pobres. De fato, nós só somos subdesenvolvidos em larga escala, no campo. Nas grandes cidades (poucas e grandes demais) somos bem desenvolvidos, principalmente nos malefícios que os grandes aglomerados urbanos desenvolvem.

É algo cansativo tentar demonstrar o óbvio, mas devemos de vez em quando lembrá-lo: qualquer cidade moderna de mais de 2 milhões de habitantes já é uma cidade infeliz e proporcionalmente a uma área equivalente com 300 mil habitantes, é muito menos eficiente para resolver os problemas advindos do adensamento demográfico. Uma coisa que os adeptos dos grandes aglomerados urbanos esquecem é que os problemas originados em conflitos entre seres humanos agrupados não crescem linearmente com o número de indivíduos. A função matemática que descreve a evolução quantitativa destes problemas não é a mesma que a da linha reta. É talvez descrita por uma curva logarítmica do tipo expresso por $y = \log x$, ou por uma curva exponencial correspondente a $y = e^x$. Os esquemas abaixo podem dar uma ideia desta assertiva:



Nestes esquemas cada letra corresponde a um indivíduo e cada ponta de seta significa a probabilidade de conflito entre dois indivíduos. Assim, $a \rightarrow b$ significa que se originou em a uma ação que incidiu sobre b e originou um conflito no seu sentido mais lato. Percebe-se já neste ultra-simplificado modelo, que a progressão de crescimento de população é:

1, 2, 3, 4

enquanto a progressão dos conflitos engendrados (ou da sua probabilidade) é:

2, 6, 12, 20

Já se calculou que por volta de 1990 (ou antes até) a área entre o Rio de Janeiro e São Paulo será uma só imensa cidade e o mesmo adensamento monstruoso ocorrerá em torno da maioria das capitais de estado e cidades maiores. Já se conhece também as estimativas da população desta supercidade, que paradoxalmente não será suficientemente grande em área de modo a minimizar os conflitos decorrentes deste adensamento.

Não vamos aqui analisar detalhadamente as causas destes eventos. Vamos apenas propor, coerentemente com todas as ideias até aqui defendidas, a implantação do conceito de inoportunidade social e humana deste crescimento, não porque é um crescimento, mas porque é um crescimento errado.

Há um limite para o escrúpulo ético em intervir no planejamento fami -

liar e habitacional. Este limite é bastante curto na megalópolis e seu raio pode ser medido pela extensão que atingem os conflitos anteriormente citados.

O exemplo de um país como a China é importante : segundo diversos analistas sociais e observadores ocidentais insuspeitos (por exemplo, Lord Gladwyn, ex-secretário Geral da ONU em 1945) aquele país, cujo povo representa quase um quarto da população mundial (e é aproximadamente do tamanho do Brasil) consegue manter um crescimento de população compatível com o aumento interno de alimentos (malgrado eventuais calamidades climáticas), e a situação neste setor tende a se equilibrar no próximo século. Notemos que a população é predominante agrícola e há poucas cidades grandes nas quais se planifica o crescimento (por exemplo, os homens são desestimulados ao casamento antes dos 30 anos).

Podemos contra-argumentar quanto ao exemplo acima, lembrando que a industrialização da China talvez não se faça com o ritmo desejado ou com o equilíbrio próprio entre os bens de consumo e a indústria bélica, mas lembremos também que a mecanização da agricultura chinesa é um fato, como o demonstram as observações "in Situ" de pessoas idôneas e acima de qualquer suspeita ideológica. Alguém pode também se contrapor ao exemplo, invocando a noção de que os chineses têm um propulsor poderoso que é a motivação ideológica propagandeada pela máquina política que domina o país, mas mesmo concordando com a ideia de inoportunidade de propaganda e controle ideológico daquele país, retrucamos que de qualquer forma os chineses tem uma motivação e se aproveitam dela como catalisador. Assim a atitude nacional chinesa (certa ou errada, isto é outra questão) está polarizada de tal forma que é possível contar com o máximo de apoio do povo na realização de planos que, se forem sabotados mesmo em pequenos setores, tendem ao fracasso.

Voltemos ao Brasil. Os adeptos do êxodo rural (e os há, não tenha dúvida o leitor) apresentam como grande argumento, a crescente marginalização de mão de obra no campo, motivada pela crescente mecanização e automatização dos trabalhos agrícolas e pastoris. Esquecem porém, que a mão de obra marginalizada no campo, vem para a cidade grande aumentar o contingente de desempregados urbanos ou na melhor hipótese, o contingente de sub-empregados, pois o crescimento populacional da cidade (notadamente na faixa dos mais pobres) e a automação, criam também nela, a mesma relação mão de obra ↔ demanda. Assim, o ex-trabalhador rural, não tendo essencialmente, melhorado de condição, concorre para dificultar as condições dos outros habitantes competindo pelos transportes, pelo espaço e

por outras necessidades vitais. Os que conseguem emprego, geralmente o fazem nos setores de serviços de categoria mais baixa na maioria dos casos. Mas esta área, como todas as outras, não é infinita e logo ocorrerá sua saturação total. Já estamos trilhando este caminho e suas consequências sociais. Quem conhece, por exemplo as favelas do Rio de Janeiro e sua composição populacional, ou quem já fez estatísticas sobre a prostituição na Guanabara e no chamado Grande Rio, sabe do que estamos falando.

Assim o problema posto, compreende-se que uma solução seria a criação de comunidades agro-urbanas que englobassem atividades campestres, comerciais, industriais e de serviços, de tal sorte que as comodidades e as vantagens da cidade se associassem com as comodidades e as vantagens do campo, mas que as primeiras não corrompessem as últimas e estas não diluíssem as primeiras. Este é o conceito da cidade campestre que deveria ter evoluído ao longo da História, se a civilização não tivesse deturpado seus valores; É talvez, este conceito, uma expansão do que criou as atuais agro-vilas na Amazonia, para as quais aliás, auguramos a melhor das sortes e uma função de modelo para as futuras comunidades que não devem porem parar aí, no estágio de agro-vilas. Devem propiciar ao mesmo tempo, as condições do campo e da cidade, sem os prejuízos de ambos.

Analisemos rapidamente os aspectos mais subjetivos da questão do êxodo rural: Os habitantes do campo, geralmente não proprietários da terra em que trabalham, têm conhecimento dos salários mais altos que vigoram na cidade. Estes salários, são baixos e deficientes para os trabalhadores não especializados da cidade e até mesmo para alguns mais capacitados; mas isto não é do conhecimento do trabalhador rural, ou é esquecido no momento da comparação entre os números que expressam cruzeiros. Além disto, os jovens e mais ambiciosos, logo pensam o que todo o emigrante pensa mas nem sempre pode fazer: trabalhar intensamente em algum Eldorado, juntar muito dinheiro e voltar rico às origens. Outros, mais sofisticados, se sentem atraídos pela oportunidade de ilustração (afinal lá na cidade grande há mais escolas, há teatros, vida cultural) e alguns outros são atraídos pela suposta facilitação social que a descontraída metropole apresenta.

Qualquer que seja o tipo psicológico dos indivíduos emigrados, os motivos básicos de sobrevivência, emulação, vaidade, espírito anexionista ou de conquista, curiosidade e interesse cultural estão presentes ou isoladamente ou em suas diversas combinações. Infelizmente, pelo menos na aparência (e muitas vezes apenas na aparência) a grande cidade pode satisfazer a tudo isto.

Se tivesse porém a civilização evoluído no caminho certo, estas satisfações não estariam ultra-concentradas na megalópolis; no caso do Brasil, não estariam ultra-concentradas em núcleos litorâneos de metrópoles (Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Salvador etc.) ou um pouquinho afastadas do litoral (algumas poucas capitais e 3 ou 4 cidades). É oportuno lembrar que o êxodo para os grandes centros, atinge, pela motivação acima exposta, não apenas os campos mas também as pequenas cidades do interior, onde não há cinemas, teatros, vida cultural, onde não há bom comércio, onde não há boas oportunidades de trabalho.

Por que então hesitar em fazer de cada uma destas cidadezinhas e vilas mortas ou moribundas, um núcleo agro-urbano como aqui foi delineado? Por que não incentivar a criação de vilas ou cidades novas em todo o interior, onde as diversas atividades se harmonizassem, alargando assim o ecúmeno brasileiro, o que só traria vantagens?

Para terminar este exemplo, e falando ao bom entendedor, aquele do dito popular, para quem meia palavra basta, lembremos o câncer: células proliferam anormalmente, se adensam, competem entre si e com outras células do tecido e acabam por matar todas as células e o organismo inteiro. O mesmo ocorre se deixarmos ao "laissez faire" o crescimento desordenado da megalópolis. Afinal, quem prefere o câncer?

2 - O exército colonial. A interiorização de alguns profissionais de nível superior.

Outro exemplo da necessidade de condicionarmos uma Atitude Nacional é a possibilidade não explorada integralmente da utilização das nossas forças armadas num trabalho de colonização efetiva de certas regiões mais ou menos vazias no país. Este exemplo, é quase uma prolongação do caso acima tratado e com ele tem um equacionamento muito aparentado.

Na década de 1920, o velho general Mena Barreto, de saudosa memória, criou um núcleo militar que talvez fosse o embrião desta ideia. Tinha como objetivo inicial, a automanutenção agrícola e pastoril do exército e para tanto, iniciou um Centro Agrícola em Pandiá Calógeras no Estado do Rio de Janeiro. A iniciativa foi um tanto criticada na época, nos círculos militares, pois segundo alguns, desviava o Exército de suas funções, abastardando-o de certa forma. Mesmo assim, a iniciativa prosseguiu e até hoje o Exército mantém estabelecimentos agro-pastoris em alguns pontos do território, com o fito de prover pelo menos em parte, sua subsistência.

Este trabalho, que é por todos os títulos, desejável, não é senão uma fração do que poderia ser feito. Da mesma forma são aqui considerados os digníssimos e quase heroicos esforços dos Batalhões Rodoviários, dos pilotos da FAB integrantes do Correio Aéreo Nacional e das diversas unidades

da Marinha de Guerra nas bacias fluviais do Brasil Central. Também consideramos a importância da criação recente dos Batalhões de Fronteira como algo muito positivo, mas acreditamos que todas estas atividades deveriam ser dinamizadas, aprofundadas e expandidas pela criação de uma filosofia de colonização que em resumo é a seguinte :

Em primeiro lugar, a ocupação efetiva, por contingentes militares, de regiões que apresentam dificuldades logísticas de ocupação populacional de modo maciço ou que possam se desequilibrar ecologicamente com uma ocupação indiscriminada ou ainda com um desenvolvimento industrial extensivo. O caso da Amazonia é típico mas não é único. O pantanal matogrossense também apresenta alguns destes aspectos. No entanto, em muitas outras regiões do interior brasileiro, este trabalho poderia ser feito (e deveria ser feito) sendo citadas aquelas duas regiões apenas como exemplo de vazios demográficos extensos, de natureza física peculiar.

Nestes casos, seria talvez pouco oneroso e bastante realístico do ponto de vista da Segurança Nacional, a institucionalização naquelas áreas pouco habitadas, de unidades militares coloniais que além de prestar assistência às populações locais, ajudassem a criar uma infra-estrutura de atividade agro-industrial e pecuária, respeitadas as condições locais, com o propósito de auto-manutenção e principalmente para minimizar a decadência econômica regional. Este trabalho não seria útil apenas nas zonas de baixa densidade demográfica. Naquelas regiões já razoavelmente ocupadas mas com características de decadência, se faria necessária esta "segunda ocupação" por elementos das forças armadas mesmo que transitoriamente. Nestas, a tônica desta ocupação se daria no setor da revigoração das atividades do lugar. Não propomos a competição entre a mão de obra compulsoria (militar), e a mão de obra civil local. Propomos a ideia do exercito colonial, em parte como uma tentativa de volta às origens. Com isto queremos dizer duas coisas : uma, a lembrança da origem camponesa dos soldados de todas as eras (com a exceção talvez da cavalaria medieval); outra, o retorno do jovem do campo que se refugiou na cidade grande, mas que pode voltar fardado, trabalhando para a União e para a sua própria comunidade local.

Dentro deste esquema, o papel disciplinador das forças armadas poderia ser utilizado na revigoração de um habito interiorano que merece ser revivido : o mutirão, ou o trabalho manual cooperativo na agricultura. É sabido que o brasileiro, notadamente o da cidade grande, coopera pouco com os seus vizinhos, não apenas pelas circunstancias adversas e paradoxais de falta de comunicação, como pela atitude geral de meia desconfiança desenvolvida nestes centros, como um dos conflitos citadinos anteriormente ci -

tudos. Já o mesmo não acontece, felizmente, com o habitante do campo, de modo geral, e eis aí o mutirão para prova-lo. Um hábito herdado do indígena, que poderia ser renovado e revigorado sob a orientação de unidades militares treinadas para isto e tendo em suas fileiras, filhos do local onde estas operações se efetuassem. O caráter democrático e espontâneo do mutirão, deveria contudo ser preservado a todo o custo e a orientação acima deveria estar atenta para este importante aspecto. O fator de multiplicação do estímulo psicológico agregado a este trabalho, é evidente por si.

Outro aspecto desta filosofia seria o estímulo à interiorização de profissionais de nível universitário, como médicos, veterinários, agrônomos, etc. Como exemplo de coisa parecida que já está sendo feita, lembremos o relato recente do Secretário do Ministério do Interior que apresenta o caso da fixação de 44 profissionais liberais em Territórios Federais na Amazonia, alguns dos quais foram para lá atraídos como estudantes do Projeto Rondon. É um começo modesto que pode ser multiplicado e diferenciado, pela aplicação do esquema acima proposto.

Uma certa porcentagem de veterinários, médicos, agrônomos, dentistas, recém-formados, poderiam ser convocados para o serviço militar no interior, nas zonas acima apontadas, por um período de um ou dois anos e lá exerceriam as suas especialidades segundo a intenção já apresentada. Quando do retorno à vida civil, alguns talvez se fixassem na região já conhecida, segundo o velho princípio de que só se gosta do que se conhece. Mesmo que isto ocorresse em baixa escala, ou se não ocorresse de forma alguma, o período em que aqueles profissionais ali trabalhassem compulsoriamente, seria útil para a região e teria certo grau de constância, dada a rotatividade da conscrição militar. Se isto fosse associado a algo semelhante ao Projeto Rondon, através da chamada de estudantes dos últimos anos das Faculdades metropolitanas, acompanhado então de um voluntariado altamente motivado, os resultados seriam ainda mais extensos.

De ponto de vista do aumento da rentabilidade do campo em geral e das regiões do "hinterland" menos favorecidas logisticamente, o esquema apresentado aqui, resulta em fatos já ressaltados linhas atrás, mas que não se desgastam pela sua repetição e ênfase: nenhum país, por mais industrializado que seja, pode se dar ao luxo de secundarizar sua agricultura, e nós muito menos. Nos anos próximos, o aumento da população e alguns aspectos de sua distribuição, forçarão um incremento enorme da produção agrícola e uma renovação nos métodos de transporte, distribuição e venda da mesma. Não cremos na criação a curto prazo, de novas e revolu -

cionarias técnicas na produção de alimentos se bem que, deveríamos estimular as pesquisas correspondentes, pois a futurologia em pesquisa científica nem sempre funciona e o autor destas notas, químico engajado em pesquisas biológicas, bem o sabe por sofrimento próprio. De qualquer modo, proteínas de origem petrolífera, utilização de algas marinhas em escala industrial, culturas hidropônicas, etc, não nos parecem viáveis comercialmente nos próximos 30 anos e algumas destas realizações seriam mesmo impertunas, segundo o raciocínio seguinte: Alguns projetos acarretariam a criação de complexos industriais caros e provavelmente poluidores do meio ambiente, enquanto a agricultura convencional praticamente não apresenta tal inconveniente. Além disto, no caso da fabricação de proteínas derivadas de petróleo, ou no caso geral da utilização de qualquer reserva fóssil, a depleção da matéria prima seria de se esperar mais ou menos rapidamente, o que não ocorre com a agricultura convencional, que se auto-alimenta. Também o nosso mar continental brasileiro, como já foi demonstrado, não é dos mais ricos em pescado e tende a se manter pobre devido às condições hidrobiológicas pouco propícias e de intervenção técnico-científica difícil.

Por todos estes motivos, reforçamos nossa tese da implantação de agro-vilas ou comunidades equivalentes, sob a égide de grupamentos militares colonizadores; defendemos esta assessoria ou colonização, também ao lado de vilas ou cidades do interior que apresentem sintomas de decadência (isto é, a grande maioria). Acreditamos que a leitura da carta de renúncia do Ministro Cirne Lima, da Agricultura, em 9 de maio de 1973, sirva de subsídio importante (ver por exemplo O GLOBO de 10 de maio de 1973).

Focalizemos agora os aspectos de Segurança e de Integração da Nacionalidade que os parágrafos anteriores suscitam:

Como um exemplo inicial, citemos a existência de tribus de índios na fronteira com as Guianas, que trabalham como extratores de castanha e bala-lata no outro lado da fronteira e são duramente explorados pelos comerciantes estrangeiros. Algumas destas tribus não passam de grupamentos de escravos destes comerciantes e com o agravante de usarem o território do Brasil apenas como dormitório. Algumas outras não conhecem a língua portuguesa e além da língua tribal, a outra que falam é o inglês, o francês ou o holandês do Suriname. Não seria o exército colonial, num trabalho associado ao da FUNAI, um instrumento poderoso na tentativa de integração destes índios à nossa nacionalidade? Não seria isto, urgente, ao sabermos que tribus inteiras já se passaram para a Venezuela?

No setor estritamente técnico da Defesa, não seria desejável que regiões quase desertas e estrategicamente vulneráveis como o pantanal matogrossense recebessem da Força Aérea, da Marinha e do Exército, uma atenção formal, menos esporádica e mais densa?

Não somos especialistas, mas acreditamos que as forças armadas deveriam tender para um grau maior de desburocratização e que algumas unidades sediadas nas metrópoles poderiam ser transferidas pelo menos em parte, para aquelas regiões, não apenas as vazias, mas também as já ocupadas e anexas disto, definhantes. Não pensem, por favor, os leitores destas ideias que estamos propondo o abandono das defesas das cidades e das zonas litorâneas de importância estratégica, numa política de despir um santo para vestir outro. Apenas acreditamos que o desdobramento de algumas unidades é possível, e que o aumento razoável do efetivo destas, permite a transferência aqui discutida. Nesta linha de raciocínio, parece que a interiorização das diversas unidades-escola das três forças, de terra, mar e ar, seria de todo recomendada, já que a sua localização junto às grandes cidades ou dentro delas, não é justificada, pelo menos com o que conhecemos das necessidades estratégicas modernas. Assim, um centro de instrução militar tal como o sediado na Ilha do Governador, na Guanabara, para instrução especializada a fuzileiros navais, poderia sem prejuízo de suas funções, se incorporar no esquema do exército colonial aqui explanado.

Queremos finalizar este tópico, que por si só mereceria um detalhado estudo, com a afirmação da necessidade de, através do exército colonial, tornar realidade uma frase feita: a de que as forças armadas brasileiras são o povo fardado.

3- A necessidade da evolução do governo representativo.

Como já dissemos antes, alguns postulados sobre democracia e representação devem ser revistos, tendo em mente a problemática que surgirá no próximo século e já está batendo à nossa porta.

Como também já dissemos antes, o consumado fato dos militares no governo e a necessidade de aproveitamento de civis especificamente capacitados, gerou a salutar necessidade, já exposta neste trabalho, da "hibridização civil-militar" no sentido de criar um novo tipo de estadista executivo. Já o discutimos, ainda que de forma linear.

Discutiremos aqui, também de modo esquemático, as necessidades de reformularmos os aspectos legislativos do Brasil de hoje e de amanhã. Neste terreno, nossa crença é na falência quase total de esquemas pseudo-democratas importados da Europa e dos Estados Unidos, como por exemplo o Senado e a Câmara dos Deputados em dois níveis.

Infelizmente, sempre faltou aos brasileiros liderantes, coragem e originalidade neste setor, salvo exceções notáveis. Especialmente quanto à opinião política internacional, somos de uma susceptibilidade anormal, com prejuízos históricos bem conhecidos. Esta nossa atitude tão glosada por Meira Penna, por exemplo, quando de suas recentes apreciações sobre nossa "persona" no sentido dos conceitos jungianos, se espalha por diversas camadas intelectuais; por isto, corremos aqui o risco de suspeição por parte dos que lerem estas notas.

Mais uma vez, estamos diante de um problema de tomada de atitude coletiva ou individual, e mais uma vez, aparece a necessidade de erigir novas atitudes às expensas da reformulação de conceitos básicos aos quais estamos ligados historicamente e sentimentalmente.

Estamos certos da pouquíssima participação do brasileiro na vida legislativa do país. Observamos isto há cerca de 30 anos (o autor tem 42 anos) e nada nos prova o contrário. Diversas causas concorrem para esta alienação, entre elas: a falta de instrução e de cultura do brasileiro médio, a desconfiança justificada em relação às chamadas "elites", de cujas famílias tradicionais sae a maioria dos políticos e legisladores, e um certo receio de pressões e castigos, proveniente de uma história frequente em períodos discricionários, disfarçados ou às claras, que ensinaram ao componente das classes menos favorecidas a "não meter o nariz onde não fosse chamado".

Esta progressiva participação pode no entanto aumentar e em nome da verdadeira democracia, deve urgentemente aumentar.

Dos fatores negativos acima citados, o primeiro, a falta de instrução e de cultura, começa agora a ser minimizado e acreditamos que os meios modernos de comunicação, se saneados da maneira sugerida anteriormente, poderão se transformar em poderoso fator de dissolução daqueles óbices. Não falamos aqui da propaganda política e do proselitismo disfarçado. Falamos da necessidade de educar o povo para os problemas comunitários e as possibilidades de sua participação efetiva na solução destes problemas. Falamos na tentativa de lembrar o povo que ele tem uma dignidade a preservar e esta só é conseguida pelo exercício do direito e dever da participação.

O segundo fator negativo, a desconfiança em relação à classe política, pode ser superado se o esquema executivo central se moldar na "hibridização" tantas vezes aqui repetida e uma vez assim estruturada, passasse à crítica e fiscalização da classe que tanta desconfiança merece do cidadão comum; para isto concorreria o tradicional caráter de seriedade e de desinteresse por vantagens pessoais que se atribui à maioria dos

brasileiros, fardados. Além disto, a ablação de faixas do legislativo que se mantiveram bastante inócuas nestes últimos 50 anos, esvaziaria de muito as "tradicionais" organizações político-familiares que em diversos níveis tem ajudado a fazer uma imagem negativa do político, nome e função que merecia melhor sorte, se lembrarmos sua definição histórica.

Quanto ao último fator negativo em nossa exemplificação, acreditamos que duas coisas podem ocorrer: uma, a consolidação dos atuais executivos centrais na sua posição pós-revolucionária, o que provocará a baixa por falta de necessidade maior, da repressão em todos os níveis, já que os setores de contestação devem se enfraquecer e já sentimos isto; outra, que o próprio aumento da participação popular, se admitido e estimulado, vá criando uma atmosfera de confiança recíproca entre dirigentes e dirigidos, progressivamente maior. Otimismo exagerado? Otimismo, sim; exagero não, pois se trata de perspectiva probabilisticamente válida.

Participação no governo representativo:

Estamos certos de que o Brasil não necessita de um sistema bicameral na sua representação democrática. Para nós, a coexistência de Deputados Federais e de Senadores é um anacronismo. Que atribuições legislativas, representativas, fiscalizadoras ou outras quaisquer, o Senado exerce que a Câmara dos Deputados não pode fazer? Se o critério que suporta a dita coexistência é o da hierarquização de funções, então esta seria ótima, ou máxima, se tivéssemos uma série de Câmaras representativas escalonadas, num verdadeiro gradiente contínuo e este absurdo sugere a não legitimidade da premissa apontada.

Além disto, qual é de fato, a atribuição primeira do Poder Legislativo? É a de pesquisar as necessidades e os problemas da comunidade local ou nacional, apresentá-los ao executivo e, paralelamente, apresentar soluções, sugestões ou normas para prover aquelas necessidades, resolver aqueles problemas ou normalizar a comunidade em função destas sugestões ou soluções. É portanto, o Legislativo, um inquiridor, um expositor e um dialogador, acima de tudo.

Em qualquer outra atividade grupal humana, estas mesmas funções são melhor efetuadas se em caráter biunívoco, isto é: a exposição é melhor levada a efeito por um único expositor, o diálogo é obviamente viável apenas entre um expositor e um ouvinte, biunívocamente, e a formulação de normas pode ser ação plural, mas não necessita geralmente de dois níveis de grupos formuladores, a menos que não se tenha confiança em um deles.

Por estes mesmos motivos, acreditamos que a coexistência de deputados estaduais com deputados federais é um artifício baseado mais em sofismas

que em necessidades reais.

O que representa cada deputado estadual? O povo de cada estado, o estado em si, como uma unidade ou como uma variável numa função de 22 variáveis? O que representa o deputado federal? O somatório destes estados ou uma função mais complexa que não um simples somatório? Se a combinação é linear, haverá realmente necessidade de um estado ser representado duas vezes, ou a noção de federação não é bem a que se conhece?

Assim, convergimos para o modelo seguinte:

O governo local, municipal, exercido por prefeitos e sob a legislação de vereadores locais prestigiados em suas funções e não como o corre agora com a vereança, uma caricatura de representação. Neste estágio, a representação popular no que ela tem de mais realístico em termos de fidelidade aos desejos e problemas da comunidade.

O governo estadual, exercido por governadores eleitos pelo povo do estado e tendo como face legislativa, um grupo de deputados representantes daquele conjunto de municípios que é o estado, com assento em uma Assembleia Federal.

Este modelo polarizaria a representação em dois níveis: ao nível de diálogo entre as unidades da federação (os estados) e o governo central; e ao nível de diálogo entre as unidades dos estados (os municípios) e o governo estadual.

Este modelo seria mais fiel à democracia na medida em que fortalecesse o governo local, municipal, e revigorasse o legislativo local, municipal. Aceitamos como premissa básica o princípio que diz que a célula da república democrática é o município. Acreditamos que ninguém melhor que os munícipes para gerir os negócios locais, ressalvadas, é claro, as circunstâncias em que os problemas transcendem aos limites do município.

É provável que o municipalismo no Brasil tenha se atrofiado pelo oportunismo, pelo nepotismo e pela falta de caráter de muitos vereadores e prefeitos, mas agora os tempos são outros e há uma perspectiva de saneamento. Aproveitemos pois esta situação e aumentemos o grau de autonomia do município e estimulemos a participação popular no legislativo de sua área, onde todos são vizinhos de modo geral e onde todos tem interesse em resolver os problemas que são quase os problemas de sua própria casa, fazenda ou família.

O fortalecimento do governo local e sua representação, é o núcleo de uma democracia genuína, democracia por participação e não por delegação de poderes. É a democracia concentrada e não aquela representação diluída pela discutível conexão entre distantes deputados metropolitanos e

e seus longínquos eleitores.

Afinal não seria este fortalecimento da participação popular no governo local, um dos aspectos da estratégia psico-social dos mais relevantes? É neste sentido que este último exemplo aqui está esquematizado, como material para meditação para os que, como nós, se interessam por estes aspectos das coisas nacionais.

* * *

Nossa intenção final é que com estas tres proposições apresentadas à guisa de exemplos se tenham tornado mais claras ao leitor a filosofia e a intenção das notas presentes, cujo título aparentemente pretensioso, pode ter causado espécie ao leitor.

BIBLIOGRAFIA :

- 1 - Geonlitica do Brasil , Couto e Silva, Golbery. Livraria José Olimpio Editora, Rio de Janeiro. 2ª edição . 1967.
- 2 - Psicologia social : Rodrigues, Aroldo. Editora Vozes, Petropolis. 2ª edição. 1973.
- 3 - Crescimento demografico e poluição do meio ambiente : da Costa Rubens Vaz. Publicação do BNH, Rio de Janeiro, 1973.
- 4 - O GLOBO : Rio de Janeiro. 20 de maio de 1973, pg 12.
- 5 - O GLOBO : Rio de Janeiro. 10 de maio de 1973, pg 26.

* * *

